CORREIO CENTRO-OESTE

NINA CAMELO/DIVULGAÇÃO/FREITASPHOTOART



Ambrósio utiliza outros sentidos para fotografar: o tato e a audição

DF: fotógrafo cego lançará livro de fotos e poesias no Senado Federal

O fotógrafo Luciano Ambrósio lançará, na terça-feira (17), às 18h30, o livro Meu Olhar, na Biblioteca Luiz Gama, no Senado Federal. Publicada pela editora Art Letras, a obra reúne fotografias e poesias produzidas pelo autor, que é cego. Para fotografar, Ambrósio identifica o espaço pelo tato, pela textura do chão, pela inclinação do terreno e pelos sons. Depois, utiliza um aplicativo que descreve imagens em voz alta para conferir o enquadramento antes de acionar a câmera. O método, desenvolvido pelo autor, resulta em fotografias com marcas próprias, como pequenos tremores e composições menos previsíveis. Os poemas abordam fé, espiritualidade e otimismo e complementam as imagens ao explorar sentidos que, para ele, não são expressos apenas pela fotografia. Com o livro, o autor pretende aproximar os leitores de uma experiência humana comum. O lançamento é aberto ao público.

OAB-DF cobra vacinas contra a mpox no DF

A Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF) cobrou do Ministério da Saúde (MS) informações acerca da falta de vacinas contra mpox na rede pública do DF. Em ofício, a entidade solicita dados sobre o volume de doses destinado à capital, a quantidade pedida e a previsão de envio de novos lotes. Também pede medidas para proteger grupos prioritários e resposta em até cinco dias. Segundo a OAB-DF, a falta do imunizante pode comprometer ações de prevenção e profilaxia no DF.

JHONATAN CANTARELLE/AGÊNCIA SAÚDE DF



A ação partiu da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero

DF apura fraude em documentos de estrangeiros

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) deflagrou a Operação Livro E, para cumprir 19 mandados de prisão temporária e 13 de busca e apreensão no Distrito Federal, no Rio de Janeiro e em São Paulo. A ação investiga a obtenção de carteiras de identidade para estrangeiros com certidões de nascimento falsas. Há indícios de participação de intermediários, beneficiários e funcionários e ex-funcionários de um cartório do DF. O esquema teria usado registros cancelados e alterado dados em sistemas cartoriais para dar aparência legal aos documentos.

DF: audiência sobre residencial no Jardim Botânico

O Instituto Brasília Ambiental fará, em 15 de dezembro, uma audiência pública sobre o Relatório de Impacto de Vizinhança (Rivi) do Residencial Bela Vista. O encontro discutirá o licenciamento ambiental, na etapa de Licença Prévia, para o parcelamento de solo urbano na Fazenda Santa Bárbara, perto da DF-140, no Jardim Botânico (DF). A reunião será virtual, com acesso presencial e transmissão ao vivo no YouTube.

Projeto de lei

A prefeitura de Goiânia (GO) enviou à Câmara Municipal um projeto que atualiza o Código Tributário Municipal e prevê ampliar o acesso ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) Social. O limite do valor venal dos imóveis beneficiados passará de R$ 181,6 mil para R$ 185 mil, com correção pela inflação. A proposta também reduz multas.

Mutirão de regularização

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) realizará, de 1º a 4 de dezembro, 500 audiências de conciliação para regularizar imóveis à rede coletora de esgoto de Cuiabá (MT). Os atendimentos serão presenciais, das 13h às 18h, no Complexo dos Juizados Especiais. A programação também terá atividades educativas sobre saneamento.

Pesca esportiva

Corumbá (MS) receberá, entre segunda (16) e terça-feira (17), o Workshop Turismo de Pesca Esportiva em Mato Grosso do Sul. O encontro será no Centro de Convenções do Pantanal de Corumbá e reunirá os setores público e privado para discutir sustentabilidade, conservação dos recursos pesqueiros, ordenamento da atividade e qualificação.

Reforma Agrária

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Goiás divulgou, na Plataforma de Governança Territorial, a lista preliminar dos candidatos aos 11 lotes do Projeto de Assentamento Campo Belo, em Jataí (GO). Os candidatos podem recorrer em até 10 dias corridos. Após a análise, será publicada a lista definitiva de famílias.

Dia do Rio Paraguai

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), por iniciativa do deputado estadual Lúdio Cabral (PT), realiza no sábado (14), às 10h, em Cáceres (MT), a 8ª audiência pública pelo Dia do Rio Paraguai. O encontro será na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e terá transmissão ao vivo por rádio e TV. A atividade ocorre anualmente desde 2019.

Serviços a indígenas

Moradores da Aldeia Jaguapiru, em Dourados (MS), recebem, no sábado (15), atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) durante o projeto MS em Ação, organizado pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp-MS). Servidores orientarão os indígenas sobre direitos previdenciários e acesso aos benefícios do órgão.

TONY OLIVEIRA/AGÊNCIA BRASÍLIA



Governadora Celina Leão busca mobilizar a bancada do DF no Senado

GDF pede apoio contra o PLP 299, que tramita no Congresso

Projeto de Lei Complementar (PLP) pode reduzir em R$ 2 bi os repasses

Da **Redação**

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), articula com a bancada federal no Congresso Nacional uma mobilização para manter os recursos do Fundo Constitucional do DF (FCDF).

Na última quinta-feira (12), ela alertou que o Projeto de Lei Complementar (PLP) 299, em tramitação no Senado Federal, pode reduzir em R$ 2 bilhões os repasses previstos para 2027.

Segundo a Agência Brasília, o dinheiro financia os serviços de saúde, educação e segurança pública.

O governo do DF (GDF) informou que iniciou o diálogo com os parlamentares que representam a capital no Congresso. A equipe econômica acompanha a proposta.

A intenção do Executivo local é evitar a diminuição dos valores e preservar o custeio dos serviços mantidos com o fundo. Celina Leão pediu apoio dos moradores e dos integrantes da bancada federal contra a mudança.

De acordo com a governadora, a redução afetaria o orçamento das três áreas atendidas pelo mecanismo. Ela afirmou que a manutenção dos repasses é necessária para garantir a continuidade dos serviços públicos no DF.

O PLP 299 está em análise no Senado e, conforme divulgado pelo GDF, pode alterar o cálculo dos valores transferidos à capital. Caso a redução de R$ 2 bilhões se confirme, o orçamento disponível para 2027 será menor. A proposta ainda está em tramitação e o corte não foi aprovado.

O FCDF foi criado pela Constituição Federal de 1988. O artigo 21, inciso XIV, prevê que a União repasse recursos para custear a organização e a manutenção das polícias Civil (PCDF) e Militar (PMDF) e do Corpo de Bombeiros Militar do DF (CBMDF).

O fundo também presta assistência financeira à execução de serviços públicos de saúde e educação. Por serem recursos federais, os valores são fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O órgão verifica anualmente a regularidade da aplicação do dinheiro por meio do Processo de Contas Anuais.

A mobilização busca manter o modelo atual de financiamento. Além do contato com os parlamentares, o Executivo pretende ampliar o debate sobre os efeitos da proposta para os serviços prestados à população.

A decisão sobre o projeto cabe ao Congresso Nacional.